

O ensino mútuo na Província Cisplatina¹

Elomar Tambara*

Resumo

Este artigo investiga a constituição da Escola Lancasteriana de ensino mútuo instalada em Montevideo em 1821 sob os auspícios da Sociedade Lancasteriana. Neste período a Colônia do Sacramento fazia parte do Império Brasileiro sob a denominação de Província Cisplatina. Deste modo esta iniciativa constituiu-se em um dos primeiros atos concretos, de iniciativa oficial, de criação de um sistema de ensino estruturado sob o método do ensino mútuo no Império Brasileiro.

Palavras-chave: Escola Lancasteriana. Ensino Mútuo. Província Cisplatina.

The mutual teaching in Cisplatine Province

Abstract

This article investigates the creation of the Lancasterian School of mutual teaching, which was established in Montevideo, in 1821, under the auspices of the Lancasterian Society. In that period, Sacramento Colony, the named Cisplatine Province, was parte for Braziliam Empire. Such establishment constituted onde of the first creation acts of a oficial teaching sistem base don the mutual teaching method in Brazilian Empire.

Keywords: Lancasterian School. Mutual Teaching. Cisplatina Province.

*. Universidade Federal de Pelotas.

Introdução

Na área de história existem algumas lacunas que têm tido dificuldade em serem preenchidas. Tal circunstância decorre de uma série de fatores dentre os quais se destacam o problema das fontes de investigação e, eventualmente, o modismo que toma de assalto determinados campos instigando os pesquisadores para determinada temática ou procedimento teórico metodológico. Um destes “buracos”, na historiografia da educação, de modo particular, é a compreensão do que ocorreu na Colônia do Sacramento quando esta fez parte do Império Brasileiro como Província Cisplatina.

A feitura deste artigo é uma decorrência de uma série de fatores:

a) em primeiro lugar ele faz parte de um processo de investigação mais amplo denominado “A Influência platina no processo de configuração do sistema escolar sul-rio-grandense” que tem como objetivos identificar: 1. a influência de autores platinos como Varela, Sarmiento, Ingenieros entre outros, na estruturação da mentalidade responsável pela construção do sistema educacional no Rio Grande do Sul, bem como; 2. as conseqüências do processo de qualificação de professores gaúchos em Montevideú, como o de Branca Diva Pereira e Olga Aída Acauan², no início do século XX e, ainda; 3. a influência de textos didáticos originalmente elaborados nos países platinos e adotados ou adaptados para uso no sistema educacional gaúcho como é caso por exemplo da cartilha *Queres Ler*.³

b) Em segundo lugar decorre dos trabalhos ultimamente publicados sobre a escola mútua, particularmente os elaborados por Maria Helena Câmara Bastos⁴, que me alertaram para uma temática que até então eu não havia privilegiado.

c) E em terceiro lugar, resulta da necessidade de preencher uma lacuna na historiografia brasileira que freqüente negligencia, senão exclui, a participação brasileira no processo de formação sócio econômico platino.⁵

A província Cisplatina

Como é de todos sabido, a região platina da América do Sul constituiu-se em zona de litígio entre as coroas ibéricas e, por muitos séculos, não houve uma efetiva ocupação política deste espaço geográfico por uma destas potências litigantes. De modo especial, isto se aplica para as províncias de São Pedro do Rio Grande do Sul e para a Colônia do Sacramento. As freqüentes incursões portuguesas e espanholas nestes territórios, de modo geral, se caracterizavam, mais por incursões de pilhagens, do que de verdadeiro domínio. Exemplo típico disto, são as “regiões guaraníticas” que, embora objeto de cobiça das duas coroas, nunca tiveram um domínio político efetivo concretizado até o século XIX.. Da mesma forma, a Colônia de Sacramento foi palco de inúmeros

processos de ocupação e até o desiderato concretizado por sua independência política esta região fez parte de diferentes nações ou confederação de estados.

Desde que Portugal estabeleceu a Colônia de Sacramento em 1680, manifestando uma clara intenção de estabelecer os limites do Império Brasileiro até o Rio da Prata, as ações políticas, as investidas diplomáticas e, principalmente, as incursões de cunho militar e ou “caudilhescas” intensificaram-se.

As alterações geopolíticas foram muitas e contínuas de modo que toda esta região constituiu-se em campo de luta militar e de disputa diplomática entre Portugal e Espanha no decorrer dos séculos, e nem mesmo o Tratado de Madrid deu solução, ao contrário, caracterizou um desiderato mal assimilado por ambos os contendores. Sem contar com os elementos agravantes deste conflito, que foi o surgimento de movimentos autonomistas, cujo principal representante é o liderado por Artigas.

Para efeito deste trabalho, interessa-nos apenas a constatação que de 1817 a 1825 a “Banda Oriental” fez parte (anexada, incorporada, ocupada, usurpada etc) do Brasil e em 1821, por decisão do Congresso Cisplatino, anexou-se ao Império Brasileiro portanto ao Reino Unido de Portugal Brasil e Algarves identificada como “Província Cisplatina”.

A pretensão da coroa portuguesa de expandir seus domínios até o Rio da Prata remontava de muitos anos. Em várias oportunidades este desejo esteve prestes a concretizar-se. De modo especial, no período joanino no Brasil e, por especial “capricho” de D. Carlota, esposa de D. João, a coroa portuguesa intensificou sua pretensão em entronizar a rainha no ambicionado Império Independente do Prata invocando-se direitos decorrentes do estreito vínculo de sangue da mesma com Fernando VII, o desventurado rei da Espanha.

A Ocupação Portuguesa

A corte portuguesa no Rio de Janeiro, estava ansiosa por um pretexto para invadir militarmente a região da Banda Oriental tal situação mostrou-se favorável em meados da década de dez do século XIX quando as atividades “caudilhescas” de Artigas possibilitaram a interpretação de que se vivia na região uma situação “de anarquia política e social”.

Em verdade, houve presumido conluio entre Argentina e Brasil na medida em que os portenhos envolvidos em delicadas e complexas questões internas não conseguiam impor seu domínio na região, algo que sempre esteve em suas pretensões.

Em 1816, 12.000 soldados comandados pelo general Carlos Federico Lecor, Barão de Laguna, invadem o território da Colônia com o propósito de

Elomar Tambara

colocar ordem na região e proteger os interesses brasileiros constantemente violados pelas incursões dos “artiguistas”. Esta tropa constituía-se na elite do exército português (Divisão de Voluntários Reais), veteranos das guerras napoleônicas, e que haviam demorado e cuidadosamente se preparado para a ocupação.

As tropas de Artigas sofreram seguidas derrotas e, em 20 de janeiro de 1817, Lecor chegou a Montevideu. “O cabildo... saiu a recebe-lo solenemente e Lecor entrou na praça sob luzes e no meio de aclamações entusiastas tal era o estado a que Artigas e seus sequazes haviam traído o espírito de seus compatriotas”. (BERRA, 1874, p. 73)

Os lusitanos tratam de rapidamente impor seu domínio e de estabelecer relações institucionais que, sem dúvida, visavam perpetuar sua presença na região. Entretanto, este processo foi lento e, sob certos aspectos, nunca efetivamente concretizado em sua globalidade. O desiderato foi a realização do Congresso Cisplatino em 1821. Tal congresso visava deliberar sobre: a) unir-se ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves b) sua independência ou c) unir-se a outro governo.

A deliberação foi de unir-se ao Império Brasileiro, sob certas condições especiais, sob o nome de Província Cisplatina. “A Constituição foi jurada e eleitos os deputados à primeira legislatura da Assembléia Geral. Os escolhidos foram D. Lucas José Obes e D. Francisco Llambi, substituídos por D. Nicolas de Herrera e D. Dámaso Larrañaga, sendo este, pouco depois, nomeado senador do Império.” (SOUZA, 1985, p. 325)

Para Soares, a administração de Lecor foi modelar por sua magnanimidade, objetividade e alto sentido administrativo. Com um plástico temperamento político, procurou conciliar os uruguaios com os portugueses, favorecendo mesmo o casamento de seus auxiliares diretos com damas da sociedade de Montevideu. (1955 p. 44)

Aspecto referendado pelo historiador uruaio Juan Zorrilla de San Martin:

“Porque justo es reconocer aqui que la dominación portuguesa de once años no tuvo en Montevideo los caracteres de la porteña de algunos meses: fué inteligente. Todos los esfuerzos fueron hechos, aunque en vano, por cimentar las conquista en las simpatias de aquel pueblo: se respetaron las leyes y los costumbres; se conservaron en sus puestos los funcionarios civiles nacionales, y aun muchos militares; se ofrecieron premios condecoraciones reales, titulos nobiliarios; el mismo Lecor, como hemos dicho, contrajo matrimonio con una dama patricial del país”
(*La Epopeya de Artigas*, v. 2 p. 262)

A gênese da Escola Lancasteriana

Uma das realizações mais significativas deste período foi a Escola Lancasteriana. Esta obra vai marcar de forma indelével a educação nesta região. Tanto em relação ao sistema público de ensino como também no sistema privado esta iniciativa constituir-se-á em ponto de referência.

Para muitos investigadores há uma nítida caracterização de uma efetiva iniciativa de cunho português na criação de uma escola sob os moldes propostos por Lancaster.

Segundo Helio Lobo, “surge então e prospera, **por iniciativa do ocupante lusitano**⁶, a escola chamada lancasteriana (...) Qualquer que seja o juízo político sobre a ocupação, não se pode negar o espírito progressista com que Lecor procurou amenizá-la, quer em iniciativas de ordem geral, quer em favor da instrução. A influência da escola de Lancaster projecta-se para os anos seguintes” (LOBO, 1927, p. 317)

Como se observa para este autor, como para outros, houve uma decisiva intervenção do general Lecor nos procedimentos necessários para a consecução da Escola Lancasteriana em Montevideu.

Entretanto, é preciso considerar que esta é uma questão controversa. Principalmente investigadores uruguaios têm argumentado que não houve a propalada iniciativa portuguesa na construção do referido projeto.

Ao contrário, o papel do general Lecor foi apenas de homologação de uma proposta com origem e execução exclusivamente vinculada ao Cabildo e, de modo especial, à intervenção de Dom Dámaso Antonio Larrañaga, vigário apostólico de Montevideu, e que teria sido o grande mentor intelectual da criação da Escola Lancasteriana.

É preciso ter em mente que por ocasião da ocupação portuguesa, Dom Dámaso estava com relações “estremecidas” com Artigas e viu na ação dos portugueses um ato de libertação. Tanto que aceitou do “cabildo de Montevideu a triste honra de transladar-se ao Rio de Janeiro junto com Geronimo Pio Bianqui, em missão de agradecimento a João VI “ (SALDAÑA, 1941, p. 710)

Para outros estudiosos, também a Escola Lancasteriana de Montevideu tem algo a ver com o trabalho de Mr. Thompson que no início do século XIX fazia seu proselitismo religioso e sua pregação dos benefícios do método Lancaster na América Latina.

Em 20 de abril de 1820, Mr. Thompson passou por Montevideu com o intuito de apresentar suas idéias pedagógicas em relação ao método

Elomar Tambara

Lancasteriano para o comandante Lecor. Como antes havia estado no Rio de Janeiro é bem provável que tenha obtido ali as cartas de apresentação ao general.

Entretanto, como o militar não estava na cidade, este apresentou suas idéias ao vigário Dom Dámaso que se comprometeu de apresentá-las ao Cabildo. O que acabou por realizar em 19 de maio. A partir de então se estabelece uma relação epistolar assídua entre Larrañaga e Thompsom.

Segundo Sosa todas estas tratativas se deram à revelia do Governador Lusitano e somente a 23 de dezembro de 1820 o cabildo dirigiu-se ao Barão de Laguna, para lembrar da “oportunidade que se propague na Província o sistema lancasteriano de primeiras letras, cuja importância se deseja indicar por notória em todos os papeis públicos da Europa, onde está generalizadamente adotado”. (SOSA, 1954, p. 122)

O Barão de Laguna, administrador sagaz, logo se apropriou da idéia e transformou-se em um dos principais incentivadores do sistema de ensino mútuo constituindo a Escola Lancasteriana a base de uma estrutura educacional para toda a província.

Nota-se, assim, como uma sucessão de iniciativas combinaram-se para que o movimento Lancasteriano se implantasse em Montevideú e que, obviamente, atendiam a uma série diversificada de interesses os mais dispares.⁷

Mesmo assim, como afirma Araújo (1911, p. 112) “Desde que o barão de Laguna fez sua entrada na capital, não houve mais governo que o de sua vontade”. Assim, o que se nota é que o trâmite burocrático para a instalação da escola dependia em muito da vontade do General Lecor.

Apesar de ter mantido praticamente intacta todas as instituições sociais vigentes, nos parece óbvio que o governador da província detinha em suas mãos as determinações em última instância apesar de fazer demonstrações de reconhecimento da iniciativa e autonomia do cabildo.

De outro lado, não se deve descuidar os interesses representados por Mr. Thompson tanto os relacionados com a Sociedade Lancasteriana britânica como e, principalmente, a seus vínculos com a Sociedade Bíblica. Estes aspectos contribuíram para marcar suas iniciativas sob o estigma de atender a interesses religiosos protestantes, a objetivos políticos britânicos e mesmo a conveniências comerciais pessoais.

Após discussão no cabildo encarregou-se ao cura de fazer vir de Buenos Aires um professor com capacidade suficiente para implantar tal sistema de escola. Obviamente, o nome pretendido era o de Mr. Thompson mas que acabou preferindo trabalhar no Chile. Entretanto, por recomendação de

Thompson, o Cabildo entrou em contato com outro propagador do método lancasteriano que aceitou trabalhar em Montevidéu.

Assim veio de Buenos Aires Don José Catalá y Codina com a específica missão de trabalhar na novel instituição de ensino.

Com a fundação da “Sociedade Lancasteriana”, em 1820, sob a liderança de Larrañaga e Lecor estava preparado o terreno para a instalação e funcionamento da Escola Lancasteriana. O Gen. Lecor liberou uma sala no Forte de Governo para que desde logo se desse início as aulas e de certa forma abortou a idéia da construção de uma escola com as dimensões e necessidades que o sistema demandava.⁸

A diretoria da Sociedade estava assim constituída:

Para presidente: General Lecor

Para primeiro vice-presidente : Dom Juan José Durán

Para segundo vice-presidente: Dom Juan Correa

Para primeiro secretário: D. Francisco Solano de Antuña

Para segundo secretário: Dom Paulino Gonzalez Vallejo

Para Tesoureiro: Dom Carlos Camuso

No sistema educacional proposto, a “Sociedade Lancasteriana” teria o papel de supervisora de toda a estrutura. Todas as escolas que se utilizariam do método do ensino mútuo estariam subordinadas e seriam supervisionadas por inspetores por ela designados.

“Os estabelecimentos de educação dependente da Sociedade no estavam livres à ação exclusiva de seus diretores, senão que estariam sujeitos a uma severa vigilância que exerceria um Secretário nomeado *ad hoc* e que semanalmente visitaria as escolas.” (ARAÚJO, 1911, p. 119)

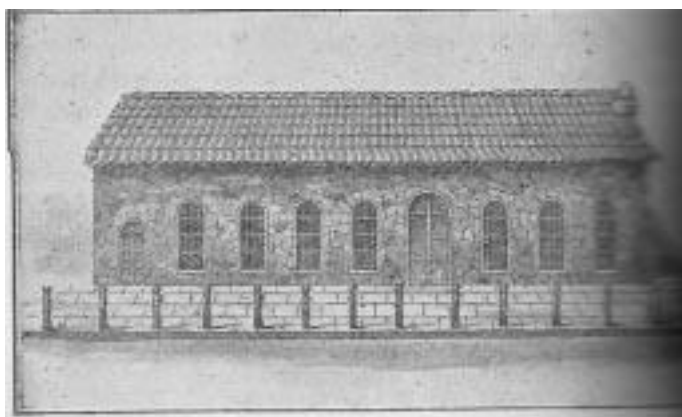
A Sociedade constituía-se em efetiva instituição mantenedora, e isto se dava principalmente através da forma de subscrições acrescida da contribuição dos alunos e de uma presumida contribuição do Cabildo. O ensino era gratuito para os alunos carentes e com um custo de seis reais por mês para os alunos das famílias ricas.

Após algumas dificuldades a “Escola Lancasteriana” foi inaugurada em três de novembro de 1821. Observa-se que esta iniciativa foi uma das primeiras no império brasileiro a caracterizar oficialmente a utilização do método. É sabido que outras proposições no Rio de Janeiro também são relativamente contemporâneas a esta. Mas de modo geral não tem o caráter explícito, em termos teórico-metodológicos, que a “Escola Lancasteriana” de Montevidéu

Elomar Tambara

se propunha.

EDIFÍCIO DA ESCOLA LANCASTERIANA



Fonte: Araújo, 1911, p. 125

Há influência da Escola Lancasteriana na implantação de projetos educacionais com a utilização do ensino mútuo no Rio de Janeiro como se observa na memória do pedagogo português Antonio Falcão de Frota apresentada à D. Pedro I.⁹

As matérias que seriam ministradas na “Escola” seriam: leitura, escrita, aritmética, gramática e doutrina cristã. Este último aspecto chama atenção pois em outros locais os adeptos do método lancasteriano propugnavam um caráter laico para seus estabelecimentos de ensino. Na “Escola Lancasteriana” o “regulamento prescrevia que todos os dias o professor leria em voz alta a toda escola um capítulo da Sagrada Bíblia” (ARAÚJO, 1911, p. 119)¹⁰

Es de señalar que si bien Lancaster pertenía a la secta de los cuáqueros y su propagandista Thomson compartía esas ideas, en nuestro país – seguramente por influencia de Larrañaga – se impuso la enseñanza de la doctrina católica. (No se permitirá introducir en ella ningún libro o escrito que contenga doctrina o proposiciones contrarias a nuestra santa religión establecia el art. 1º del Reglamento) (BRALICH, 1987 p. 24)

A concepção de ensino/aprendizagem propugnada pela Sociedade Lancasteriana determinava que fossem abolidos os castigos corporais e que a

O ensino mútuo na Província Cisplatina

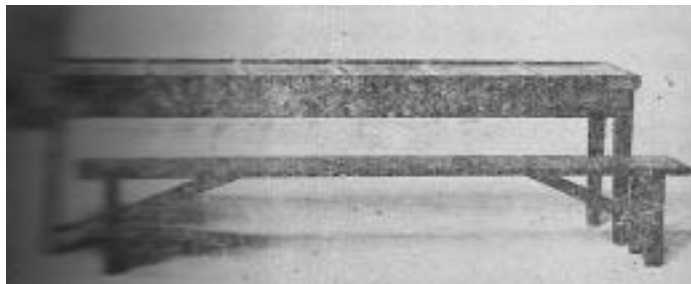
principal forma de incentivo ao aluno fosse a emulação. Tanto que uma das primeiras medidas da Sociedade foi a criação de medalhas para premiar os alunos mais destacados.

MEDALHAS COM QUE A SOCIEDADE LANCASTERIANA PREMIAVA SEUS ALUNOS



Fonte: Araújo, 1911, p. 125

MODELOS DE MESA E DE BANCO USADO NA ESCOLA LANCASTERIANA



Fonte: Araújo, 1911, p. 121

Elomar Tambara

A crise da Sociedade Lancasteriana está imbricada à própria metamorfose que passava a sociedade política da província em meados da década de 20. As transformações políticas e econômicas contribuíram para gerar um ambiente propício aos “patriotas” para lutarem pela independência política.

Particularmente a cisão entre os partidários de D. Pedro I liderados por Lecor e os partidários de Portugal por ocasião da independência política do Brasil deu muita força aos “independentistas”. Neste conflito esteve envolvido diretamente o prof. Catalá que com seu entusiasmo pelo método do ensino público era responsável direto pelo sucesso da Escola.

Na medida em que se voltou contra os interesses do Império Brasileiro, perdeu a simpatia de Lecor e em consequência a Escola deixou de receber os benefícios do sistema oficial.

Aproveitando-se da debilidade conjuntural com que a Escola Lancasteriana se apresentava múltiplos interesses contrariados pelo seu sucesso voltam-se contra ela. Em particular os vinculados aos interesses do ensino privado que haviam perdido sua clientela e, a rigor, a Igreja Católica arremessou-se contra a Escola. Apesar, como vimos, das constantes concessões que os mentores da Escola Lancasteriana em Montevidéu fizeram à Igreja.

O ataque foi intenso e explícito. De modo especial os jornais a todo instante foram utilizados tanto para denegrir a imagem do sistema de Lancaster como para defendê-lo. As principais acusações que se faziam eram: a) Se ensinava aos meninos o ensino militar como fim de obrigá-los a serem soldados; b) Na escola não se ensinava a doutrina cristã; c) o sistema era de invenção inglesa e portanto anti-católico c) que era impossível aos alunos aprender a ler seus livros e a escrever em pizarras.¹¹

Um outro aspecto que contribuiu para acentuar o conflito com alguns setores da igreja foi o fato de Catalá fazer parte da “franco-maçonaria”.

A estratégia de Lecor foi fazer morrer à míngua a Escola. A adesão de Catalá à Lavalleja condenou-a à extinção. Em 25 de março de 1825 o general comunica a Larrañaga Vice-presidente da Sociedade a necessidade de substituir os professores Catalá e o Padre Frei Lázaro Gadea.

Conclusão

A importância da Sociedade Lancasteriana e, de modo especial, da Escola Lancasteriana para a divulgação do ensino mútuo na América Latina é inquestionável.

Como observa Sosa a primeira escola de ensino mútuo na Banda Oriental havia sido criada em 1816 em “Concepción del Uruguay”. Entretanto, esta foi uma iniciativa isolada e diferencia-se da Sociedade Lancasteriana na medida em que esta tinha em mente mais do que criar a Escola Lancasteriana construir um verdadeiro sistema de educação infantil em toda a província.

Independente da paternidade da idéia, esta foi concretizada na Província Cisplatina e constitui-se em um dos primeiros atos concretos de iniciativa oficial de criação de um sistema de ensino estruturado sob o método do ensino mútuo no Império Brasileiro. Perdurando sua influência mesmo depois da independência da província. “Graças ao sólido prestígio de Catalá, el sistema lancasteriano ou mútuo teve vigência oficial até o ano 1840” (Saldaña, 1945:325)

Ademais, se deve considerar que esta é uma iniciativa que procurou colocar em prática, dentro das circunstâncias do período, as principais diretrizes identificadoras do método de ensino mútuo constituindo-se, portanto, um empreendimento pioneiro em território brasileiro.

Referências

- ACAUAN, O. Pestalozzi In: **anales de Instruccion Primaria**. Montevideo: El Siglo Ilustrado, 1917.
- ARAÚJO, O. **Historia de la Escuela Uruguaya**. Montevideo: Imp El Siglo Ilustrado, 1911
- BASTOS, M. H. C. A instrução pública e o ensino mútuo no Brasil: uma história pouco conhecida (1808-1827). **História da Educação**. Pelotas: Asphe/UFPel. 1997.
- BRALICH, J. **Breve Historia de la educacion en el Uruguay**. Montevideo: Ediciones del Nuevo Mundo, 1987.
- BERRA, F. **Bosquejo historico de la Republica Oriente de Uruguay**, Florida: s: n., 1874.
- LOBO, H. A pátria pela escola. **Revista da Academia Brasileira de Letras**, Rio de Janeiro, Anuário do Brasil, ano 18, jul. 1927.
- LOPEZ, C. & NARODOWSKI, M. El mejor de los métodos posibles. La introducción del método lancasteriano em Iberoamérica en el temprano siglo XIX. In: **A Escola Elementar no Século XIX – O método monitorial/mútuo**. Passo Fundo; Ediupef: 1999, 280 p.
- MARTIN, J. Z. de S. **La Epopeya de Artigas**. Montevideo: Imprenta Nacional colorada, 1930. v. 2. p. 262)
- PEREIRA, B. D. Evolucion de La Pedagogia. In: **Anales de Instuccion Primaria**. Montevideo: El Siglo Ilustrado, 1917.

Elomar Tambara

PERES, E. T. A produção e o uso de livros de leitura no Rio Grande do Sul: Queres Ler ? e Quero Ler. **História da Educação**, Pelotas: v. 3 n. 6, 1999.

SALDAÑA, J. M. F. **Diccionario Uruguayo de Biografias – 1810/1940**, Montevideo: Editorial Amerindia, 1945.

SOARES, T. **Diplomacia do Império no Rio da Prata**. Rio de Janeiro: Brand, 1955.

SOSA, J. **La escuela Lancasteriana**. Montevideo: Letras, 1954.

SOUZA, J. A . S. de. O Brasil e o Prata até 1828. In: **O Brasil Monárquico**, São Paulo: Difel, 1985. (História Geral da Civilização Brasileira)

Notas

¹ Este trabalho constitui-se em uma versão modificada de uma comunicação feita no II Congresso Brasileiro de História da Educação realizado em Natal Rio Grande do Norte em 2003.

² Olga Acauan e Branca Diva aperfeiçoaram seus estudos em Montevideu nos início do século XX e inclusive constituíram-se em pioneiras história da educação sul-rio-grandense veja, Por exemplo seus trabalhos por ocasião do processo de qualificação no Instituto Normal de Señoritas : ACAUAN, Olga Pestalozzi e PEREIRA, Branca Diva Evolución de la Pedagogia . Anales de Instrucción Primaria. Montevideo, El siglo Ilustrado, 1917

³ Sobre esta cartilha veja PERES, Eliane. Teresinha. A produção e o uso de livros de leitura no Rio Grande do Sul: Queres Ler? e Quero Ler . **Historia da Educação**, Pelotas, ASPHE, vol 3 n. 6 1999

⁴ BASTOS, Maria Helena Câmara. A instrução Pública e o Ensino Mútuo no Brasil: uma história pouco conhecida (1808-1827) **História da Educação**. Asphe/Pelotas. V. 1 n. 1 1997

⁵ exemplo desta situação é o descaso com que os livros didáticos de história tratam a participação brasileira na “Guerra Grande”

⁶ Grifo meu

⁷ É importante ter em mente que já em 1819 o padre Camilo Henriques, propagador do sistema lancasteriano propõe ao Cabildo a criação de uma escola sob esta orientação metodológica. Entretanto seu deslocamento para Buenos Aires frustra a continuidade desta iniciativa.

⁸ Sobre as características e dimensões da Escola Lancasteriana proposta veja SOSA, 1954, P. 129

⁹ veja LOPEZ, Claudina & NARODOWSKI, Mariano. El mejor de los métodos posibles p. 62

¹⁰ Em seu artigo sétimo o Regulamento prescrevia ... para que desse modo se imprimam nos corações das crianças os deveres da religião, os bons costumes e o amor ao próximo

¹¹ Catalá defende-se através de “El Publicista Mercantil de Montevideo” . Sob este processo veja SOSA, 1954, 165

Correspondência

Elomar Tambara - Rua Álvaro Chaves, 297 Cx. P. 628 - Centro - Pelotas - RS. 96010-700.

E-mail: tambara@ufpel.tche.br

Recebido em 21 de setembro de 2005

Aprovado em 27 de outubro de 2005